

Congresso entra na reta final para votar Orçamento 2011

Waldemir Barreto/Senado Federal



Parecer da relatora do Orçamento, Serys Slhessarenko, começa a ser discutido e deve ser aprovado até quarta-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa a analisar hoje o relatório final da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto de lei do Orçamento da União para 2011. O texto foi adequado ao corte de R\$ 3 bilhões feito pelo governo federal em relação ao projeto original. A área de educação perderá R\$ 500 milhões. **2**

Imprensa cerca a senadora Serys Slhessarenko, à saída do Plenário: ajuste final de contas para votação do Orçamento da União de 2011

Projeto concede a professores aumento igual ao do Congresso **4**

Simon propõe descontar reajuste na verba indenizatória **4**

TV Senado inicia transmissões em sistema digital hoje **2**

Moreira Mouriz/Senado Federal



Lula celebra avanços "além do comércio" no Mercosul

A realização de eleições diretas para a escolha dos integrantes do Parlasul foi citada ontem pelo presidente Lula, na Cúpula do Mercosul em Foz do Iguaçu (PR), como uma das principais conquistas da gestão brasileira, que se encerra este mês. "Avançamos para além da agenda comercial", celebrou Lula, em sua última aparição no Mercosul como presidente. **3**

Presidente Lula e o ministro Celso Amorim, no centro da reunião: êxitos da gestão brasileira incluem a valorização do Parlasul

Impacto deverá ser reduzido no relatório final, já que projetos afetados foram cobertos por emendas parlamentares e relatora pode remanejar verbas

Serys: corte no Orçamento será de R\$ 3 bi

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) começa a discutir hoje, a partir das 18h, o relatório final da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que anunciou para ontem a divulgação de seu parecer pela internet.

O relatório deve incluir proposta detalhada de corte de R\$ 3 bilhões encaminhada na sexta-feira pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, à relatora. Os cortes atingem apenas o Executivo e, segundo a senadora, o mais afetado é o Ministério da Educação (MEC), com corte de R\$ 500 milhões em relação à proposta original do governo (PLN 59/10). A relatora não soube informar quanto do valor era custeio e quanto, investimento.

A redução final das despesas, porém, deve ser bem inferior a isso, inclusive no próprio MEC. Serys reconheceu que parte dos programas atingidos foram contemplados com recursos da atualização da receita feita na CMO, via emendas parlamentares.



Serys Slhessarenko concede entrevista coletiva após receber proposta de corte do governo

Além disso, ela pode fazer remanejamentos entre as áreas, privilegiando as que considera mais importantes, reduzindo o impacto dos cortes.

Situação parecida aconteceu em 2008, quando o então relator-geral, senador Delcídio Amaral (PT-MS), teve que cortar o Orçamento por causa da crise

financeira internacional, que afetou a arrecadação. O valor do corte anunciado inicialmente superou os R\$ 10 bilhões, mas acabou em R\$ 3,6 bilhões no texto aprovado no Congresso, após remanejamentos e pressões de ministros para manter as dotações.

Somente com a divulgação

do parecer final é que será possível avaliar a magnitude do corte e as ações prejudicadas no novo Orçamento.

Valor menor

O valor do corte solicitado pelo Executivo é bem inferior à expectativa criada pelo ministro Paulo Bernardo. Em visita à Comissão Mista de Orçamento, no dia 7, ele avisou aos líderes partidários que seria preciso reduzir a receita em R\$ 12 bilhões, em termos brutos, e R\$ 8 bilhões líquidos.

Para Serys, a diferença decorreu da preocupação do governo de preservar ao máximo as programações orçamentárias enviadas ao Congresso.

– Eles estavam buscando chegar a um número mínimo – afirmou. A relatora comemorou o valor proposto, já que o corte pode acabar diluído entre as ações orçamentárias e o impac-

to “não pesar para ninguém”.

A senadora adiantou que já incluiu no orçamento do Ministério da Saúde R\$ 1,05 bilhão para atender ações de média e alta complexidade (R\$ 757,6 milhões) e o Piso de Atenção Básica (R\$ 292,4 milhões). O primeiro financia procedimentos em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O outro é destinado à municipalização da saúde. A dotação final dos dois programas ficou em R\$ 30,05 bilhões e R\$ 4,5 bilhões, respectivamente.

Reuniões

A Comissão Mista de Orçamento vai realizar reuniões consecutivas para votar a proposta orçamentária nesta semana. A primeira ocorre hoje, às 18h. Amanhã e na quarta-feira, serão quatro reuniões por dia.

A previsão é de que na quarta o parecer aprovado chegue ao Plenário do Congresso para votação final. O dia 22 é também o último dia de trabalho legislativo, definido pela Constituição. (Com Agência Câmara)

TV Senado inicia transmissão digital hoje

O presidente do Senado, José Sarney, inaugura hoje as transmissões da TV Senado em sistema digital, em Brasília. A cerimônia, às 16h, na sala de audiências da Presidência, abre as comemorações dos 15 anos da TV Senado, que entrou em operação em 5 de fevereiro de 1996.

Em janeiro, a transmissão digital terá caráter experimental, mas a partir de fevereiro o

serviço estará em pleno funcionamento. A TV Senado também será a primeira emissora do país a operar em regime de multiprogramação, com quatro canais no ar. Quando houver sessões e reuniões simultâneas, o telespectador poderá escolher uma das quatro programações e acompanhar o assunto de seu interesse.

A TV Senado inaugurou suas

transmissões de alcance nacional em 1996, na TV a cabo, com objetivo de levar informação sobre o trabalho legislativo ao cidadão. Em junho de 2000, alcançou as antenas parabólicas de todo o país e, no ano seguinte, o sinal ao vivo estava na internet. A partir de 2005, a emissora iniciou a sua rede de transmissão de TV aberta em padrão UHF analógico.

Cidadão pode opinar sobre matéria em tramitação

A página do Senado na internet poderá contar com mecanismo para que o cidadão expresse sua opinião a respeito de qualquer proposta legislativa. A medida está prevista em projeto de resolução inspirado em proposta (PLS 77/10) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) incluída na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta quarta-feira. O projeto original também obrigava a Câmara dos Deputados a incluir em seu site dispositivo para o internauta expressar sua opinião a respeito das propostas em tramitação nas duas Casas do Congresso. O relator, Marco Maciel (DEM-PE), apontou inconstitucionalidade no projeto e optou por apresentar um projeto de resolução determinando a aplicação da proposta de Colombo apenas no Senado. A decisão na CCJ será terminativa.

CCT votou 1.853 propostas nos últimos dois anos

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reuniu-se 92 vezes e votou 1.853 propostas no biênio 2009/2010, além de ter realizado 35 debates. O balanço das atividades da CCT foi feito pelo presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A CCT, criada em 2007, é a mais nova das comissões do Senado. Nesses quatro anos, foram votadas 2.596 propostas e realizadas 175 reuniões, além de 77 audiências públicas.

– Desses quatro anos, 2009 foi o ano em que mais produzimos, e o segundo foi 2010 – apontou o senador.

Flexa destacou em sua gestão o debate sobre a adoção de sistemas de ciência, tecnologia e inovação como instrumentos do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Comunicados e pronunciamentos

14h Acir Gurgacz (PDT-RO) e Efraim Morais (DEM-PB) estão entre os inscritos na sessão de hoje, que é não deliberativa. Sem a votação de matérias, a sessão é dedicada a pronunciamentos e a comunicados da Mesa diretora.

Presidência Sinal digital da TV Senado

16h O presidente do Senado, José Sarney, participa de inauguração das transmissões da TV Senado pelo sistema digital para Brasília, como parte das comemorações pelos 15 anos de criação da emissora.

CMO Discussão sobre o relatório final

18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para discussão do relatório final do Orçamento para 2011.

Quarta-feira

CCJ Participação popular em discussão

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é o projeto que determina mecanismo de participação popular na elaboração de proposições pelo Congresso Nacional.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

* Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa • Valdir Raupp • Marcelo Crivella

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Morais, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Crivella critica fala de Sérgio Cabral sobre aborto

A declaração do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, de que a maioria dos brasileiros já engravidou “a namorada” foi definida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) como desqualificada e “uma completa sandice”. Cabral, que defende a ampliação dos casos em que a interrupção da gravidez é permitida, mencionou a gravidez na adolescência quando criticou a atual legislação sobre o aborto.

– A nós cabe mostrar que somos capazes de guardar fidelidade aos valores morais de nossos pais e às virtudes autênticas de nossa tradição de nobreza e dignidade cristã, e não nos tornar um povo que perde a sua consciência humana e social e se transforma em inexpressivo ajuntamento de pessoas, sem história, sem beleza, sem dignidade e sem bravura – afirmou Crivella.



Para Crivella, é preciso guardar fidelidade aos valores morais

Mozarildo reforça denúncias contra governador de RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reforçou as denúncias de corrupção eleitoral contra o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), e disse esperar que ele seja julgado e perca o mandato “ilegítimo e usurpado”. Mozarildo acusou o governador, vitorioso nas últimas eleições, de comprar votos e de ser responsável pela alta abstenção dos eleitores.

Mozarildo leu diversas notícias publicadas pela imprensa, em especial pela *Folha de S. Paulo*, com as denúncias de corrupção contra José de Anchieta Júnior nas eleições de outubro e disse ter tudo documentado num dossiê.

Nas palavras do senador, o que se viu em Roraima nas eleições passadas foram ações de corrupção em todos os níveis, com o uso de todos os equipamentos do governo a favor da campanha política de Anchieta.



Mozarildo citou reportagens da *Folha de S. Paulo* reforçando suas denúncias



Lula e Celso Amorim (C), durante a reunião plenária da 40ª Cúpula do Mercosul, destacam que eleições para o órgão legislativo do bloco serão diretas

Lula: acordo no Parlasul está entre os êxitos do comando brasileiro do bloco

Foz do Iguaçu sediou, na sexta-feira, a última cúpula do Mercosul durante a presidência *pro tempore* do Brasil. No próximo semestre, o cargo ficará com o Paraguai, que também tem a integração legislativa como prioridade

AO ABRIR A última cúpula do Mercosul como chefe de Estado, na sexta-feira, o presidente Lula incluiu entre os êxitos da presidência brasileira do bloco, neste semestre, o acordo para a realização de eleições diretas para os integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Na despedida, em Foz do Iguaçu (PR), Lula citou também a criação do cargo de alto representante-geral do

bloco, que chamou de “um dos maiores espaços democráticos do mundo”.

– Avançamos para além da agenda comercial. Apostamos nos valores de nossa democracia, que estarão aportados no Parlasul – disse.

Na abertura do encontro, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também havia mencionado o entendimento com os demais países do bloco – Argentina, Paraguai

e Uruguai – para a consolidação do Parlasul. Amorim disse a Lula, ao apresentar seu relatório sobre a presidência *pro tempore* do bloco, que os eleitores do Brasil poderão escolher em 2012 os seus representantes no parlamento regional.

– O envolvimento do Legislativo vai fazer com que cresça a consciência sobre o Mercosul na cidadania – previu.

A presidência *pro tempore*

do Mercosul passará ao Paraguai no primeiro semestre de 2011. Durante a cúpula, o presidente paraguaio, Fernando Lugo, também mencionou a integração legislativa como uma de suas prioridades, além do aprofundamento da integração econômica do bloco.

– Vamos trabalhar para melhorar o funcionamento do Parlasul como instituição representativa genuína de nossos povos – anunciou Lugo.

Evo Morales lança nome de Lula para secretário-geral da ONU

Durante a emocionada despedida de seus colegas sul-americanos na Cúpula do Mercosul, o presidente Lula teve seu nome lançado pelo boliviano Evo Morales, na sexta-feira, para o cargo de secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente brasileiro agradeceu a iniciativa, mas disse que não precisa mais de cargos.

Morales disse que Lula “deve ser e será o futuro secretário-geral da ONU”, por causa da capacidade do presidente brasileiro de “integrar os povos”. Lula sorriu e negou com a cabeça o interesse pelo cargo. O presidente chileno, Sebastián Piñera, considerou Lula um “nome imprescindível não apenas na América Latina,

mas no contexto mundial”.

Na conferência de imprensa, Lula negou que tenha interesse no cargo ocupado atualmente pelo coreano Ban Ki-moon, cujo mandato vai de 2007 a 2011. Ele garantiu que não vai “pendurar as chuteiras” aos 65 anos, mas anunciou a intenção de viajar pelos países da América Latina e da África para apresentar experiências brasileiras de inclusão social desenvolvidas em seus dois mandatos.

– A ONU precisa ser dirigida por algum técnico competente, não pode ter um político forte. Fico preocupado porque, se virar moda presidente de país dirigir a ONU, os Estados Unidos vão disputar também o controle das Nações Unidas. Deus já foi muito generoso comigo.

Dr. Rosinha alerta para indicação de representantes sem mandato

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) alertou a Cúpula do Mercosul sobre a possibilidade de a Representação Brasileira no Parlasul ser composta, a partir do ano que vem, por pessoas sem mandato popular. O deputado ressaltou a necessidade de a representação continuar sendo composta por parlamentares até as eleições diretas, provavelmente em 2012.

– Temos uma ameaça pela frente. Caso se concretize essa hipótese nefasta, o Mercosul, que já resistiu a tantas tentativas de destruição, terá mais uma tentativa agora pela frente – disse Dr. Rosinha, em nome do presidente do Parlasul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na segunda-feira, em Montevideu (Uruguai), o Parlasul

aprovou uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do bloco, para que os integrantes do Parlasul sejam escolhidos, até as eleições diretas, entre parlamentares nacionais no exercício de seus mandatos. O próprio Dr. Rosinha apresentou a recomendação em Foz do Iguaçu (PR), na quinta-feira, aos ministros das Relações Exteriores e da Economia que integram o conselho.

O Brasil terá 37 representantes indicados pelo Congresso Nacional entre parlamentares no exercício de seus mandatos. A “ameaça” a que se refere o deputado trata-se da possibilidade de que esses 37 sejam escolhidos entre pessoas sem mandato eletivo, ainda que indicadas pelo Congresso.

Raupp volta a defender construção de ponte entre Brasil e Bolívia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que foi reeleito para mais oito anos de mandato, voltou a defender a construção da ponte binacional entre Brasil e Bolívia. Ele disse que na semana passada visitou as cidades de Guajará-Mirim, no seu estado, e Guayaramerín, na Bolívia, em companhia da deputada Marinha Raupp (PMDB-RO), sua esposa, e do senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Para Raupp, “a construção da ponte, em conjunto com a

modernização e a recuperação das rodovias federais no estado, vai, certamente, impulsionar significativamente a economia rondoniense, facilitando os transportes e eliminando custos importantes que diminuem a competitividade”.

O senador lembrou que Guajará-Mirim e Guayaramerín são cidades gêmeas separadas pelo rio Mamoré, sobre o qual será construída a ponte.

– A ponte ligará Brasil e Bolívia por essas duas cidades,

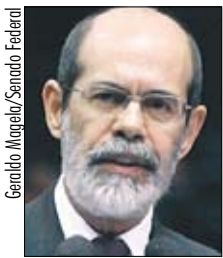
aproximando o nosso país do oceano Pacífico – declarou ele, enfatizando que isso pode beneficiar o escoamento das exportações brasileiras.

Raupp contou que “houve algum atraso no início da licitação desse empreendimento, o que sempre gera algum grau de ansiedade e de frustração”. Mas reiterou sua “esperança de que, em breve, as respectivas licitação e contratação estarão encerradas, permitindo o início das obras”.



Valdir Raupp: ponte ligará Guajará-Mirim (RO) a Guayaramerín, na Bolívia

Mesquita Júnior pede reformas política e tributária



Mesquita Júnior

O aprimoramento da democracia no país depende de novas regras eleitorais e políticas, em especial no que diz respeito ao custeio das campanhas, argumentou. Já a reforma tributária deve visar à redução dos impostos.

– Recolho-me à vida privada com o sentimento do dever cumprido, mantendo o compromisso de continuar lutando, como cidadão, pelo aperfeiçoamento da democracia e pela diminuição do fosso entre ricos e pobres.

Valter Pereira lamenta não ter disputado eleição



Valter Pereira

Ele assumiu a vaga quando da morte do titular, Ramez Tebet, em 2006.

– Deixo o Senado com certa frustração por não ter conseguido aprovar alguns projetos relevantes. No entanto, sinto-me recompensado por ter conseguido introduzir, no ordenamento jurídico, outras normas igualmente importantes – disse, ressaltando seu trabalho como relator na reforma do Código de Processo Civil.

Marco Maciel homenageia Vargas Llosa



Marco Maciel

O senador lembrou que há 20 anos o prêmio não era concedido a um escritor de língua espanhola.

Maciel leu a íntegra do discurso que Vargas Llosa fez na Suécia, há uma semana, quando recebeu o prêmio. Ao apontar o perigo atual do fanatismo e dos terroristas, Vargas Llosa defendeu a democracia liberal, que com todas as suas limitações ainda significa “pluralismo político, convivência, tolerância”.

Cristovam Buarque e Pedro Simon apresentam proposta que concede os mesmos 61,78% de aumento salarial dos congressistas ao piso salarial na educação básica

Projeto estende reajuste de senadores aos professores

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) defendeu, na sexta-feira, que os professores tenham o mesmo reajuste de salário que tiveram os parlamentares (61,78% a partir de fevereiro, além das vantagens).

Se fosse aplicado o aumento de 61,78% dado aos parlamentares, aprovado na quarta-feira nas duas Casas do Congresso, o piso salarial dos professores passaria de R\$ 1.024,00 para R\$ 1.656,62.

Para o senador, o momento não era oportuno para aprovar tal aumento, uma vez que o Congresso ainda sofre falta de credibilidade devido às crises enfrentadas nos últimos anos.

– Estamos com tanta força e credibilidade a ponto de darmos um aumento desse tamanho? E aí a minha resposta: não era o momento oportuno – disse Cristovam.

Para o senador, o aumento do salário dos professores poderia dar legitimidade ao aumento dos parlamentares.

– Eu creio que isso [o reajuste dos professores] seria o mínimo que nós poderíamos fazer para mostrar ao Brasil inteiro que nós não estamos pensando somente

no nosso salário, mas estamos pensando também no salário dos outros, em educação e nas crianças.

Proposta

Cristovam Buarque e Pedro Simon (PMDB-RS) apresentaram na quinta-feira um projeto de lei estendendo o mesmo percentual concedido aos membros do Congresso Nacional aos professores da educação básica das escolas públicas.

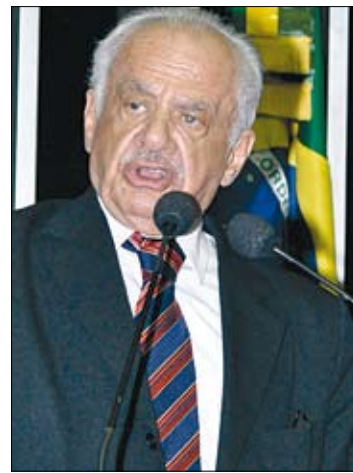
Para Cristovam, a desigualdade salarial entre os parlamentares – que pelo projeto aprovado

passarão a receber R\$ 26,7 mil – e os professores é substancial, talvez a maior em todo o mundo, com consequências desastrosas para o futuro do Brasil.

Na opinião do senador, a aprovação do reajuste de 61,78% para os professores da educação básica permitirá que o Senado dê uma demonstração mínima de compromisso com a melhoria da qualidade da educação das crianças brasileiras, o que contribuirá, segundo o parlamentar, para melhorar a credibilidade da Casa frente à opinião pública.



Para Cristovam, estender reajuste “é o mínimo que se pode fazer”



Simon assina projeto com Cristovam: piso salarial subirá para R\$ 1.656,62

Simon: desconto do reajuste na verba indenizatória

Pedro Simon (PMDB-RS) encaminhou à Mesa projeto de resolução de sua autoria que propõe o desconto do reajuste salarial de deputados e senadores na verba indenizatória concedida aos parlamentares.

A verba indenizatória é destinada ao ressarcimento de despesas dos parlamentares com aluguel, manutenção de escritórios e locomoção, entre outras diretamente relacionadas ao exercício do mandato.

Na quarta-feira, Câmara e Senado aprovaram o aumento dos subsídios dos parlamentares, dos ministros de Estado, do

presidente e do vice-presidente da República para R\$ 26.723,13 – a mesma remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O subsídio atual de deputados e senadores é de R\$ 16.512,09.

Caso a proposta de Simon seja aprovada, a diferença entre o subsídio antigo e o novo (R\$ 10,2 mil) deverá ser totalmente descontada da verba indenizatória, que atualmente é de R\$ 60 mil para deputados e de R\$ 80 mil para senadores.

Segundo Simon, um dos méritos de sua proposta é o de dar maior transparência aos gastos

dos parlamentares.

Com relação à equiparação Simon considerou a medida adequada.

– Acho normal a equiparação. Pois era absurdo o presidente da República ganhar a metade do que ganha um ministro dos tribunais. Um ministro do Executivo ganha um terço do que ganha um senador. Isso estava errado.

O senador gaúcho criticou o fato de o aumento aprovado ter excedido a inflação acumulada nos quatro anos em que os parlamentares não receberam reajuste salarial.

Mão Santa critica aumento “vapt vupt” para autoridades federais

O reajuste que equiparou o salário de presidente da República, deputados federais e senadores ao de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foi criticado por Mão Santa (PSC-PI), que chamou o aumento aprovado pelo Congresso nesta semana de “vapt vupt”.

O senador afirmou que o reajuste para essas autoridades variou de 60% a 140%, enquanto o salário mínimo só deverá sofrer aumento de 5,8%, passando de R\$ 510 para R\$ 540 em 1º de janeiro de 2011.

– Nos países civilizados, a diferença entre o menor e o maior salário não passa de dez, doze vezes – comentou.

Mão Santa acredita que várias categorias vão começar a reivindicar reajustes e ameaçar entrar em greve – os aeroviários já anunciaram uma paralisação para o próximo dia 23.

Mas, “uma das maiores vergonhas”, declarou, é o fato de muitos prefeitos contarem com uma liminar do STF para não pagar aos professores o piso salarial da categoria estabelecido por lei, hoje na faixa de R\$ 1,2 mil. “Tem professor ganhando R\$ 300 sob o argumento de que trabalha apenas meio turno”, disse.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou Mão Santa por ter levantado a questão salarial dos professores. Sobre o reajuste



Mão Santa compara reajuste ao do salário mínimo e apela por professores

das autoridades, Cristovam opinou que, de imediato, seria melhor repor apenas as perdas da inflação e escalonar o restante do reajuste até alcançar o teto do Judiciário.



Cyro quer debater grandes temas do país e as prioridades de Goiás

Cyro Miranda assume e pede debate de ideias

Cyro Miranda (PSDB-GO) assumiu, na sexta-feira, a vaga de senador do tucano Marconi Perillo, que renunciou para tomar posse no governo de Goiás, para o qual foi eleito em outubro. Paulista de São José do Rio Preto, 64 anos, empresário do comércio e indústria, Cyro Miranda Gifford Júnior é casado com Candy Gifford, com quem tem dois filhos e três netos.

Em seu primeiro discurso, afirmou que espera discutir no parlamento os grandes temas da nação e as prioridades de seu estado. Ele contou que vai procurar contribuir para tornar o Brasil um país mais justo e fraterno.

O novo senador disse que, nos próximos quatro anos, fará parte do bloco de oposição ao governo, e, nessa condição, fomentará o debate voltado para a construção coletiva de ideias.



Ex-presidentes souberam dar valor ao Centro-Oeste, afirma Marconi

Marconi diz que segue inspirado por Vargas e JK

Marconi Perillo, 1º vice-presidente do Senado, anunciou no Plenário, na quinta-feira, sua renúncia ao mandato para ocupar, em 1º de janeiro, o Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás.

– Sigo inspirado por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que reconheceram o valor e a pujança do Centro-Oeste e a importância de desenvolver o coração do Brasil – afirmou.

Marconi disse que, com a experiência de deputado e governador, conseguiu, no Senado, compreender as necessidades de cada estado, destacando que a Casa é a guardiã da Federação.

Ele agradeceu a convivência com os colegas ao longo de quase quatro anos em que, como definiu, foram debatidos temas “instigantes e prioritários” da agenda nacional.